

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS
2015**



**ASSOCIAÇÃO
DA CRECHE
DE BRAGA**

Instituição Particular de Solidariedade Social

[Handwritten signatures in blue ink]



João
[Handwritten signature]

Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	3
1. Atividade da Creche.....	4
2. Informações exigidas por diplomas legais.....	10
3. Factos relevantes após o termo do período.....	11
4. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras	11
5. Proposta de aplicação dos resultados.....	11
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
Balanço	13
Demonstração dos resultados por naturezas	14
Demonstração dos resultados por funções.....	15
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.....	16
Demonstração dos fluxos de caixa	17
Anexo.....	18
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	33



**ASSOCIAÇÃO
DA CRECHE
DE BRAGA**

Instituição Particular de Solidariedade Social

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'João'.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Sede

Rua de Raia, n.º 235 • 4710-923 Braga
Tel.: 253 200 730 • Fax: 253 200 749
associacaodacrechedebraga2@gmail.com

Falmeira

Av. do Cávado, n.º 122 • 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 • Tel.: 253 307 101
associacaodacrechedebraga2@gmail.com

Centro D. João Novais e Sousa

R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
4710-923 Braga
Tel.: 253 205 570 • enesousa@sapo.pt



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2015

No exercício das suas competências – art.º 4.º do Estatuto – vem a Direção da Associação da Creche de Braga, doravante designada por ACB, apresentar o Relatório e Contas do ano de 2015.

1. Atividade da Creche

Numa leitura sequencial das atas das reuniões da Direção da ACB realizadas ao longo de 2015, para além de “assegurar a organização e os funcionamentos dos serviços...” as preocupações e trabalhos desenvolvidos centraram-se, sobretudo, num conjunto de preocupações e atividades aqui arrumadas da seguinte maneira:

1. Cinquentenário da ACB e Condecoração da ACB pelo Sr. Presidente da República, Medalha de Mérito grau ouro da Câmara municipal de Braga e votos de louvor da União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto e da Assembleia Municipal de Braga.
2. Mapa de pessoal – reajustamento – Contratação coletiva, banco de horas, avaliação de desempenho.
3. Requalificação de instalações: CNS, Palmeira, Sede.
4. Revisão do Estatuto.
5. Informatização dos serviços e recurso à NET como meio de divulgação e publicidade de quem somos e do que fazemos e como meio de articulação institucional preferencial com os serviços públicos.
6. Venda da quota-parte do legado de João Pereira de Sampaio
7. Revisão dos regulamentos internos das respostas sociais desenvolvidas: creche, pré-escolar, atividade de tempos livres, atividades ocupacionais de deficientes mentais.
8. Respostas sociais: Alagamento da capacidade da Creche PAF e denúncia do acordo de cooperação para a resposta social Lar de Apoio.
9. Parque automóvel

Convirá, agora, desenvolver as atividades e tarefas supra “inventariadas”. Assim:

1. Cinquentenário da ACB e Condecoração da ACB pelo Sr. Presidente da República, Medalha de Mérito grau ouro da Câmara municipal de Braga e votos de louvor da União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto e da Assembleia Municipal de Braga.

Foi em 3 de junho de 1915 que D. João de Novais e Sousa e outras entidades inauguraram a Instituição que, no Estatuto de 1925, era designada por Associação Beneficente da Creche de Braga no documento de aprovação pelo Governador Civil de Braga, em 18.12.1925, e Associação de Caridade da Creche de Braga na Provisão equivalente emitida por D. Manuel Vieira de Matos em 20.12.1925 e que pelo Estatuto de 1970 aprovado por



despacho de 23.4.1970 publicado no DR, III Série, de 09.05.1970, passa a denominar-se " Associação da Creche de Braga".

Completando um século de atividade ao serviço dos bracarenses, em primeiro lugar dos filhos dos operários e, depois, embora preferencialmente, pelas pessoas e famílias mais carenciadas e com abertura, depois, a quanto e quantas precisassem do seu apoio em creche, jardim-de-infância agora, oficialmente pré-escolar, atividades de tempos livres para jovens do 1.º e 2.º ciclos e atividades ocupacionais para jovens maiores de 16 anos e adultos deficientes mentais.

Uma das preocupações maiores foi organizar um programa do centenário simples, mas à altura da vida e do mérito da Instituição.

Para o efeito, ainda em 2014, constituiu-se um grupo de trabalho motivou a criação de uma Comissão de Honra que teve a seguinte constituição:

Arcebispo Primaz – D. Jorge Ortiga; Reitor da Universidade do Minho - Prof. Doutor António Cunha; Presidente do Centro Regional de Braga da UCP - Prof. Doutor João Manuel Duque; Presidente da Câmara Municipal de Braga – Dr. Ricardo Rio; Director do Centro Distrital da Segurança Social de Braga – Dr. Rui Barreira, Diretora do Agrupamento dos Centros de Saúde de Braga – Dr.ª Isabel Chorão; Presidente da União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto – Senhor João Pires; Presidente da Junta de Freguesia de Palmeira – Senhor José António Peixoto; Presidente da UDIPSS-BRAGA – Dr. Manuel Antunes da Lomba; Presidente da Assembleia-Geral da Associação da Creche de Braga – Dr. Gil Duarte Carlos Pereira.

Definiu também um Programa que muito em síntese se passa a registar:

- Dia 14.05.2015: Conferência "A natalidade no contexto atual" pelo Dr. Carlos Aguiar Gomes seguida de dois testemunhos, um do Dr. Firmino Marques, vice-presidente da CM de Braga e outro do Prof. Doutor João Manuel Duque na qualidade de pai de utente da Instituição há alguns anos. O encerramento coube a D. Jorge Ortiga, Arcebispo Primaz que ressaltou a obra social e a coragem apostólica de D. Manuel Vieira e Matos em todo o tempo das suas responsabilidades arquiépiscopais.
- No dia 15.05.2015, nos estabelecimentos de Palmeira, decorreu uma tarde recreativa para utentes e familiares com intervenção no palco de utentes de diversas respostas sociais incluindo o CNS.
- Em 03.06.2015 - dia efetivo dos cem anos – pela manhã, desfile dos utentes de todas as respostas sociais pelas ruas do Centro de Braga com largada de cem balões na Av. Central; à tarde, celebração eucarística na Igreja Paroquial e, à noite, jantar de convívio de dirigentes, associados, familiares de utentes, colaboradores e convidados.



[Handwritten signatures and notes in blue ink]

– Em 02.06.2015 – por impossibilidade de realização no dia inicialmente programado – colaboradores, utentes e familiares realizaram uma caminhada que, para além do saudável que em si mesma é, permitiu lembrar aos bracarenses a ACB e os serviços que a mesma presta ao serviço dos bracarenses. *A posteriori* poderá dizer-se que a palestra no Salão Nobre da U. Minho e o almoço de confraternização foram os atos de menor adesão. A participação foi elevada no desfile, elevada no convívio em Palmeira, normal na celebração eucarística e, atendendo, quiçá, à situação socioeconómica do país, modesta no jantar de convívio. Há que realçar, porém, a magnífica cobertura que a comunicação social bracarense – Correio do Minho e Diário do Minho – fizeram de todos estes eventos. Aqui, os objetivos foram atingidos a cem por cento. Aliás, os cem anos da Associação da Creche de Braga, no que foram no serviço solidário prestado a sucessivas gerações de bracarenses são bem relevados na Condecoração da ACB pelo Sr. Presidente da República como Membro-Honorário da Ordem de Mérito, da medalha de mérito grau ouro da Câmara municipal de Braga e os louvores Assembleia da União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto e da Assembleia Municipal de Braga.

2. Mapa de pessoal – reajustamento – contratação coletiva, banco de horas, avaliação de desempenho.

Foi em 2015 ainda maior a preocupação com estas questões do que a dos anos anteriores a partir de 2011. Reajustar recursos humanos no pleno respeito dos direitos laborais dos trabalhadores dispensáveis implica diálogo, participações por despedimento disponibilidade de meios financeiros. o que é raro numa IPSS, e, inclusive, saber resistir a certas muito comuns nestas situações.

Em 2015 foram dispensados 9 trabalhadores, 7 por negociação e duas educadoras por aplicação dos critérios vigentes para despedimento coletivo por extinção de postos de trabalho.

As participações financeiras destes despedimentos atingiram, em 2015, € 99.095,99 e, até junho de 2016, inclusive, teremos de pagar, ainda, € 31.500,00.

Valerá a pena apresentar a evolução gráfica do mapa de pessoal da ACB entre 2012 e 2015 inclusive:





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

No que se refere à contratação coletiva de trabalho convém referir que tem havido a preocupação de enquadramento das decisões tomadas no dia a dia no âmbito normativo do CT e dos CTT aplicáveis.

Nalgumas situações, porém, o recurso a tribunal tem sido provocado do nosso ponto de vista sem necessidade.

Um dos aspetos a elogiar aos negociadores dos diversos CCT vigentes é o reconhecimento de que a polivalência é uma necessidade e é imprescindível para a eficiência do trabalho na prestação dos serviços aos nossos utentes.

Infelizmente, uma leitura incompleta do que é o conteúdo funcional de uma categoria profissional gera pequenos conflitos que, em geral, têm sido ultrapassados.

O banco de horas é uma realidade nesta instituição desde bem antes da assunção de responsabilidades por parte desta direção e aceite a cem por cento pelos seus colaboradores.

No entanto há que formalizá-la nos termos previstos no C T. Para esse efeito, no início de 2016 decidiu-se entregar em mão, mediante recibo, uma carta proposta aguardando-se o decurso de 14 dias a partir da data da entrega para se poder formalizar esta prática consensualizada e vigente há vários anos.

3. Requalificação de instalações: CNS, Palmeira, Sede.

Foi uma preocupação constante em 2015.

A qualidade dos serviços prestados aos utentes impõe, não que haja edifícios e equipamentos sempre novos – uma utopia ingénuas – mas que haja instalações e equipamentos funcionais e adequados ao exigido para aquele tipo de resposta social, colaboradores vocacionados e preparados para o exercício das funções que lhe estão cometidas.

Em geral não se põe em causa a qualidade humana e a motivação da quase totalidade dos colaboradores e, logicamente, dos serviços prestados.

Mas há que reconhecer que, pela data da sua construção e uso intenso, começam a precisar de requalificação.

Quem primeiro despertou para esta necessidade foi o CNS que, nesta data tem o processo dessa requalificação mais adiantado.

Refira-se ainda que o CNS, com recursos que diretamente conseguiu obter, requalificou já o polidesportivo.

Para Palmeira há projeto para a cobertura do Infantário JCOG e solicitou-se apoio ao FSS para ajuda nesses trabalhos. No entanto a ANPC recusa-se a fazer a indispensável vistoria por considerar que o edifício não reúne as condições exigidas legalmente. Conclusão: só por verbas próprias se conseguirá substituir a cobertura atual.



O edifício da Sede, inaugurado em 1970, mas objeto de ampliações várias ainda não legalizadas, tem instalações que respondem ao exigido oficialmente, mas a precisarem de requalificação. Está em elaboração o projeto e começa-se a pensar em avançar para os diversos projetos de especialidade.

Para O CNS, de imediato, e. para a Sede logo que haja projeto base aprovado, aguardar-se -á candidaturas no âmbito do Portugal 2020.

4. Revisão do Estatuto da ACB

O Decreto-Lei n.º 172-A/2014 impôs a revisão dos estatutos das Instituições de solidariedade até um ano após a sua entrada em vigor.

Assumindo a sua habilitação académica, o presidente da Direção assumiu a responsabilidade de elaborar um projeto de estatuto adequado às novas exigências do supracitado decreto-lei que, depois de aprovado em reunião de Direção, foi discutido e aprovado em Assembleia Geral e remetido ao CDist de Braga para encaminhamento para a Direção-Geral da Segurança Social.

Só depois de registado naquela Direção-Geral é que o mesmo estatuto terá vigência. Até lá mantém-se em vigor o atual em tudo o que não contrarie disposições já vinculativas do Decreto-Lei n.º 172-A/2014.

5. Revisão dos Regulamentos Internos

Por exigência decorrente da publicação da Circular de Orientação Técnica da Direção-Geral da Segurança Social, de procedeu-se à revisão dos regulamentos internos de creche, pré-escolar, CATL e CAO numa ação articulada entre direção e dirigentes dos correspondentes serviços.

6. Informatização dos serviços e recurso à NET como meio de divulgação e publicidade de quem somos e do que fazemos e como meio de articulação institucional preferencial com os serviços públicos.

Nos tempos correntes, gerir sem recurso aos meios informáticos é uma posição denunciadora de muito amadorismo que se repercutirá, se não na qualidade, pelo menos num empirismo decisório e, de certeza, em custos acrescidos dos objetivos a atingir.

Tem-se procurado ampliar e melhorar e ampliar o sistema informático instalado e a cobertura progressiva das diversas áreas.

Instalado que foi um servidor ao qual já estão ligados os serviços informatizados dos estabelecimentos, para além da instalação e uso do controle ponto-métrico por impressão digital estão já informatizados os serviços de contabilidade, os processos administrativos dos utentes de todas as respostas sociais com exceção dos



utentes do CAO, iniciou-se em fins de 2015, o processo de gestão do economato apontando-se para que a curto prazo se tenha a gestão centralizada das aquisições nessa área.

Inovar, porém, nem sempre é fácil. Há sempre “velhos do Restelo” saudosistas das práticas passadas a que se acomodaram, há os que recelam as dificuldades decorrentes da mudança... Não quero crer que haja os que receiam o rigor de um mais fiável controle. O processo não pode parar.

7. Venda da quota-parte do legado de João Pereira de Sampaio

Ao fim de vários anos de diligências chegou ao fim o processo de venda do Legado de João Pereira de Sampaio com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a demonstrar disposição de adquirir as demais quotas-partes do mesmo pelo preço global de € 2.9770.000,00€ desde que todos os compartes estivessem dispostos a vender. Entretanto a Instituição Inválidos do Comércio propôs-se comprar as quotas-partes dos demais colegatários que pretendessem vender sendo cada quota-parte calculada em função do preço de compra que atribuía ao conjunto dos imóveis que integravam o legado - € 3.350.000,00. Proposta foi aceite pela generalidade dos legatários tendo a ACB recebido € 231.034,48.

8. Revisão dos regulamentos internos das respostas sociais desenvolvidas: creche, pré-escolar, atividade de tempos livres, Lar de Apoio, atividades ocupacionais de deficientes mentais.

A publicação de normas mais generosas na exigência de espaços para crianças em creche permitiu que a ACB requeresse a revisão da capacidade fixada para a Creche PAF. A capacidade definida pelo CDist de Braga passou de 66 para 78 utentes.

Apesar de requerido não se conseguiu ainda a revisão do acordo de cooperação para este novo limite de capacidade.

Por outro lado, por ausência de utentes em 2015 - de sete possíveis só havia dois - propôs-se a denúncia do acordo de cooperação que foi aceite e se concretizou em 31 de dezembro desse mesmo ano.

9. Respostas sociais: Alagamento da capacidade da Creche PAF e denúncia do acordo de cooperação para a resposta social Lar de Apoio.

Em 2015, após legislação publicada com exigência mais equilibrada de espaço por utente conseguiu-se que o CDist de Braga aumentasse a capacidade da Creche PAF de 66 para 78 utentes.

Mas ainda se não conseguiu a já requerida revisão do acordo de cooperação.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

10. Parque automóvel

Era constituído por três viaturas de 9 lugares e por 2 autocarros.

Três dessas viaturas – 2 carrinhas e um autocarro – a partir da data em que completaram 16 anos de 1.ª matrícula deixaram de poder transportar utentes de idade inferior a 16 anos.

Vendeu-se já uma das carrinhas e, posto que posta à venda na mesma data, ainda se não vendeu o autocarro. Considerando que a condução de carrinhas de 9 lugares não exige motorista profissional, o que se pode questionar é se uma pequena frota de carrinhas deste tipo não seria suficiente para as atuais necessidades de meios e transporte.

A ser assim, haverá que ponderar a melhor forma de se assegurarem os transportes de que a Instituição carece: meios próprios - motoristas e autocarro – para as deslocações de praia e passeios, ou o recurso a prestadores destes serviços de caráter bastante irregular e de necessidade anual muito curta.

Concluindo

Pensa-se que o relatado neste relatório será esclarecedor do trabalho da Direção da ACB a que me orgulho de pertencer.

Deliberadamente não se faz qualquer referência ao trabalho anual nas diversas respostas sociais que nos ocupam e preocupam.

Em nosso entendimento, porque o ano escolar não coincide com o ano civil, essa apreciação tem mais lugar fazer-se depois de julho na Assembleia Geral de Novembro, ou em Assembleia Geral Extraordinária.

Mas não se quer, nem pode terminar, sem deixar uma palavra de apreço pela qualidade e empenhamento da generalidade dos colaboradores.

Com eles e pelos utentes continuaremos o nosso trabalho em 2016

2. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa de que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 554/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



3. Factos relevantes após o termo do período

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015.

4. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção, em reunião de 14 de março de 2016.

5. Proposta de aplicação dos resultados

A ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA apresentou um resultado líquido do período negativo no valor de 215.456,35 euros. A Direção propõe que o resultado líquido no período de 2015 seja mantido na rubrica de Resultados Transitados.

Braga, 14 de março de 2016

A Direção



**ASSOCIAÇÃO
DA CRECHE
DE BRAGA**

Instituição Particular de Solidariedade Social

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sede
Rua do Raio, n.º 235 • 4710-923 Braga
Tel.: 253 200 730 • Fax.: 253 200 749
associacaodocrechedebraga2@gmail.com

Palmeira
Av. do Cavado, n.º 122 • 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 • Tel.: 253 307 101
associacaodocrechedebraga2@gmail.com

Centro D. João Novais e Sousa
R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
4710-923 Braga
Tel.: 253 305 570 • cnsousa@isapo.pt

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 800 969,52	2 829 419,00
Propriedades de investimento	6	118 489,01	122 528,37
Investimentos financeiros		1 840,57	1 840,57
Subtotal		2 921 299,10	2 953 787,94
Ativo corrente			
Inventários	7	16 161,32	9 157,87
Clientes	8	4 150,30	4 364,75
Estado e outros Entes Públicos	9	14 975,08	1 614,32
Outras contas a receber	10	103 631,02	149 274,27
Diferimentos	11	6 848,32	9 300,94
Caixa e depósitos bancários	12	58 923,97	67 068,97
Subtotal		204 690,01	240 781,12
Total do Ativo		3 125 989,11	3 194 569,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	25 535,28	25 535,28
Resultados transitados	13	1 631 551,73	1 713 101,99
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	636 464,38	661 890,79
Resultado Líquido do período	13	(215 456,35)	(81 550,26)
Total dos fundos patrimoniais		2 078 095,04	2 318 977,80
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		15 080,00	15 080,00
Financiamentos obtidos	14	482 614,94	327 154,68
Subtotal		497 694,94	342 234,68
Passivo corrente			
Fornecedores	15	64 683,34	36 963,45
Estado e outros Entes Públicos	9	97 839,33	105 665,19
Financiamentos obtidos	14	75 175,84	55 678,92
Diferimentos	11	1 661,98	1 361,98
Outras contas a pagar	16	310 838,64	333 687,04
Subtotal		550 199,13	533 356,58
Total do passivo		1 047 894,07	875 591,26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 125 989,11	3 194 569,06

Braga, 14 de março de 2016

A Direção

A Contabilista Certificada (n.º 55.926)



Demonstração dos resultados por naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	19	769.536,36	757.319,35
Subsídios, doações e legados à exploração	20	1.776.257,34	1.901.394,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(137.040,00)	(157.641,86)
Fornecimentos e serviços externos	21	(290.085,05)	(295.439,43)
Gastos com o pessoal	22	(2.256.897,44)	(2.239.634,76)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	-	(15.080,00)
Outros rendimentos e ganhos	23	86.611,28	113.341,52
Outros gastos e perdas	24	(47.293,63)	(28.746,39)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(98.911,14)	35.513,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(99.095,99)	(99.321,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(198.007,13)	(63.807,85)
Juros e rendimentos similares obtidos	25	138,36	630,69
Juros e gastos similares suportados	25	(17.587,58)	(18.373,10)
Resultados antes de impostos		(215.456,35)	(81.550,26)
Resultado líquido do período		(215.456,35)	(81.550,26)

Braga, 14 de março de 2016

A Direção

A Contabilista Certificada (n.º 55.926)

António Augusto Ribeiro
Teresa Ribeiro
 Associação da Creche de Braga
João Carlos Ribeiro



Demonstração dos resultados por funções

FUNÇÕES E CUSTOS	Nota: Expressão - Creche 125										PERÍODOS			
	Jan-10	Fev-10	Mar-10	Abr-10	Mai-10	Jun-10	Jul-10	Ago-10	Sep-10	Out-10	Nov-10	Dez-10	2010	2011
Vendas e serviços prestados	15.348,15	157.084,18	705.541,05	30.357,54	38.989,88	60.110,70	114.098,87	58.573,37	8.803,75	789.014,36	757.013,05		789.014,36	757.013,05
Custo das vendas e dos serviços prestados	(8.126,50)	(20.314,25)	(13.343,30)	(10.556,64)	(17.324,20)	(11.865,40)	(26.781,40)	(7.590,90)	(3.000,00)	(237.140,00)	(257.541,30)		(237.140,00)	(257.541,30)
Resultado líquido	7.221,65	136.769,93	592.197,75	19.800,90	21.665,68	48.245,30	87.317,47	50.982,47	5.803,75	551.874,36	499.471,75		551.874,36	499.471,75
Outros rendimentos	125.365,63	344.324,77	407.396,33	28.436,62	120.407,59	311.345,90	193.948,95	25.169,24	6.758,91	417.020,07	1.863.006,98		1.863.006,98	2.015.346,63
Ganhos de distribuição														
Ganhos administrativos	(251.573,70)	(479.556,12)	(602.203,97)	(200.081,36)	(156.573,15)	(204.757,20)	(297.808,72)	(88.856,12)	(71.983,35)	(1.646.078,48)	(1.646.078,48)		(1.646.078,48)	(1.646.078,48)
Ganhos de investimento e desenvolvimento														
Ganhos gerais	(3.423,05)	(8.580,42)	(11.204,11)	(4.204,97)	(3.007,60)	(4.551,90)	(5.608,26)	(2.713,29)	(280,65)	(1.646,71)	(47.335,63)		(47.335,63)	(28.746,39)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(297.868,77)	(297.868,77)	(297.868,77)	(297.868,77)	(297.868,77)	(297.868,77)	(297.868,77)	(297.868,77)	(297.868,77)	(297.868,77)	(297.868,77)		(297.868,77)	(652.177,18)
Ganhos de financiamento (finanças)	(1.266,50)	(2.816,25)	(3.846,50)	(1.216,45)	(1.008,52)	(1.539,78)	(2.006,30)	(956,51)	(46,66)	(1.446,41)	(17.587,58)		(17.587,58)	(18.375,70)
Resultado antes de impostos	(275.401,26)	(215.468,25)	(215.468,25)	(215.468,25)	(215.468,25)	(215.468,25)	(215.468,25)	(215.468,25)	(215.468,25)	(215.468,25)	(215.468,25)		(215.468,25)	(81.350,58)
Imposto sobre o rendimento do período														
Resultado líquido do período	(13.890,05)	(116.040,06)	(17.680,03)	(786.385,26)	(22.476,77)	(216.245,96)	(8.995,84)	(84.683,78)	(194.020,95)	4.548,44	(215.468,25)		(215.468,25)	(81.350,58)

Braga, 14 de março de 2016

A Direção

A Contabilista Certificada (n.º 55.926)

Sede
Rua do Rato, n.º 230 - 4710-922 Braga
Tel.: 253 200 730 - fax: 253 200 446
associaçãodacrecchedebraga@gmail.com

Falmeiro
Av. do Covado, n.º 122 - 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 - Tel.: 253 307 101
associaçãodacrecchedebraga2@gmail.com

Centro D. João Novais e Sousa
R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
4710-922 Braga
Tel.: 253 205 570 - creche@braga.pt



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade em 14				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transiitórios	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	25.535,28	1.713.301,99	661.890,79	(81.550,26)	2.318.977,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	23	-	(81.550,26)	(25.426,41)	81.550,26	(25.426,41)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	-	-	-	(215.456,35)	(215.456,35)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8	-	-	-	(215.456,35)	(215.456,35)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO ANO 2015	6+7+8+10	25.535,28	1.631.551,73	636.464,38	(215.456,35)	2.078.095,04

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade em 14				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transiitórios	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	25.535,28	1.759.500,70	719.260,82	(50.427,84)	2.453.868,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	(46.398,71)	(57.370,03)	50.427,84	(53.340,90)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	9	-	(46.398,71)	(57.370,03)	50.427,84	(53.340,90)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+9	-	-	-	(81.550,26)	(81.550,26)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO ANO 2014	1+1+2+3+5	25.535,28	1.713.301,99	661.890,79	(81.550,26)	2.318.977,80

Braga, 14 de março de 2016

A Direção



 Sede:
 Rua de Passos, n.º 235 • 4710-923 Braga
 Tel.: 253 205 730 • Fax: 253 200 749
 Email: associaçãodaocrededebraga@ipss.pt

 António Manuel Gomes da Silva

A Contabilista Certificada (n.º 55.926)


 Centro D. João Novais e Sousa
 R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
 4710-923 Braga
 Tel.: 253 205 576 • crecevousa@ipss.pt



Demonstração dos fluxos de caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		796.101,40	784.245,19
Pagamento a fornecedores		(412.115,09)	(377.606,95)
Pagamentos ao pessoal		(1.523.528,91)	(1.502.799,22)
Caixa gerada pelas operações		(1.139.542,60)	(1.096.160,98)
Outros recebimentos/pagamentos		1.290.629,81	1.085.166,34
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		151.087,21	(10.994,64)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(66.607,15)	(7.566,43)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		138,36	630,69
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(66.468,79)	(6.935,74)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(75.175,84)	(55.678,92)
Juros e gastos similares		(17.587,58)	(18.373,10)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(92.763,42)	(74.052,02)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(8.145,00)	(91.982,40)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	67.068,97	159.051,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	58.923,97	67.068,97

A Direção

A Contabilista Certificada (n.º 55.926)



Jesse
[Handwritten signature]

Anexo

1. Identificação da entidade

A "ASSOCIAÇÃO CRECHE DE BRAGA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República nº18 de 25 de Janeiro de 2008, Série II, com sede em Rua do Raio nº235, 4710-923-Braga. Tem como atividade Educação de Infância e Jovens para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- A prevenção e a reparação de situações de carência e de desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais;
- A integração e a promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades;
- Assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente bebés, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e idosos;
- Dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos;
- Facultar todo o tipo de respostas de ação social ao seu alcance;

Apoiar, nomeada e principalmente, na educação de bebés, crianças, adolescentes e jovens, contribuindo para o seu crescimento integral, a nível físico, pessoal, familiar, mental/intelectual, psicológico, emocional/afetivo, ético/moral, religioso e social

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2012 de 14 de março, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2012 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2012, de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2012, de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2012, de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 10 e 17) e "Diferimentos" (Nota 11).

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem.



Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Propriedades de investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de investimento em desenvolvimento" são reconhecidas pelo valor de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas e depreciações.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados.

No entanto as benfeitorias que se prevê possibilitarem atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição dos produtos.

3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.



Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativo não corrente.



Handwritten signature and scribbles in blue ink.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os ativos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões e passivos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and smaller ones above it.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8. Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições / Aumentos	Alienações / Diminuições	Saldo em 31-dez-2015
Custo				
Edifícios e outras construções	3.715.642,72	57.928,99	(3.198,05)	3.770.373,66
Equipamento básico	409.680,39	10.788,75	(16.309,62)	404.159,52
Equipamento de transporte	205.049,48	-	-	205.049,48
Equipamento administrativo	113.574,93	112,45	-	113.687,38
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Investimentos em curso	8.495,00	-	-	8.495,00
Total	4.452.631,88	68.830,19	(19.507,67)	4.501.954,40
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	931.229,88	73.243,39	(4.133,35)	1.000.339,92
Equipamento básico	400.675,40	16.057,47	(17.190,64)	399.542,23
Equipamento de transporte	203.049,48	1.000,00	-	204.049,48
Equipamento administrativo	88.068,76	8.795,13	-	96.863,89
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Total	1.623.212,88	99.095,99	(21.323,99)	1.700.984,88
Quantia escriturada				2.800.969,52

Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições / Aumentos	Alienações / Diminuições	Saldo em 31-dez-2014
Custo				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	3.710.930,98	4.711,74	-	3.715.642,72
Equipamento básico	409.680,39	-	-	409.680,39
Equipamento de transporte	205.049,48	-	-	205.049,48
Equipamento administrativo	110.720,24	2.854,69	-	113.574,93
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Investimentos em curso	8.495,00	-	-	8.495,00
Total	4.445.065,45	7.566,43	-	4.452.631,88
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	861.689,35	69.540,53	-	931.229,88
Equipamento básico	382.303,13	18.372,27	-	400.675,40
Equipamento de transporte	202.049,48	1.000,00	-	203.049,48
Equipamento administrativo	81.699,92	6.368,84	-	88.068,76
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Total	1.527.931,24	95.281,64	-	1.623.212,88
Quantia escriturada				2.829.419,00



Handwritten signatures and initials in blue ink.

6. Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram os seguintes:

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições	Saldo em 31-dez-2015
Custo			
Lojas	201.967,91	-	201.967,91
Total	201.967,91	-	201.967,91
Depreciações acumuladas	79.439,54	4.039,36	83.478,90
		Quantia Escriturada	118.489,01

Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições	Saldo em 31-dez-2014
Custo			
Lojas	201.967,91	-	201.967,91
Total	201.967,91	-	201.967,91
Depreciações acumuladas	75.400,18	4.039,36	79.439,54
		Quantia Escriturada	122.528,37

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Inventário Inicial	9.157,87	8.914,15
Compras	144.043,45	157.885,58
Regularizações	16.161,32	-
CMVMC	153.201,32	157.641,86
Inventário Final	16.161,32	9.157,87

Nos períodos de 2015 e 2014 foram apurados os seguintes "Custo da Mercadoria Vendida e das Matérias Consumidas":

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Inventário Inicial	9.157,87	8.914,15
Compras	144.043,45	157.885,58
Regularizações	16.161,32	-
Inventário Final	16.161,32	9.157,87
CMVMC	153.201,32	157.641,86



Handwritten signatures and initials in blue ink.

8. Clientes e utentes

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Clientes e Utentes c/c	4.150,30	4.364,75
Clientes	1.080,00	1.000,00
Utentes	3.070,30	3.364,75
Total	4.150,30	4.364,75

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	14.975,08	1.614,32
Total	14.975,08	1.614,32
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	21.747,50	24.880,55
Segurança Social	76.091,83	80.784,64
Total	97.839,33	105.665,19

10. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	192,50
Entidades Devedores por Subsídios	100.432,87	147.590,77
Outros Devedores	3.198,15	1.491,00
Total	103.631,02	149.274,27

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	6.848,32	9.300,94
Total	6.848,32	9.300,94
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	1.661,98	1.361,98
Total	1.661,98	1.361,98



Handwritten signatures and initials in blue ink.

12. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa	5.366,84	150,00
Depósitos à ordem	53.557,13	20.918,97
Depósitos a prazo	-	46.000,00
Total	58.923,97	67.068,97

13. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 31-dez-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2015
Fundos	25.535,28	-	-	25.535,28
Resultados transitados	1.713.101,99	-	(81.550,26)	1.631.551,73
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	661.890,79	-	25.426,41	636.464,38
Resultado Líquido do Período	(81.550,26)	(215.456,35)	(81.550,26)	(215.456,35)
Total	2.318.977,80	(215.456,35)	(137.674,11)	2.078.095,04

14. Outras variações nos fundos patrimoniais

Os saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 31-dez-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2015
Subsídios ao investimento	661.890,79	-	25.426,41	636.464,38
Total	661.890,79	-	25.426,41	636.464,38

15. Provisões

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2014	Aumentos	Diminuições	2015
Processos judiciais em curso	15.080,00	-	-	15.080,00
Total	15.080,00	-	-	15.080,00



Handwritten signatures and initials in blue ink.

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014a entidade apresentava os seguintes valores relativos a "Financiamentos obtidos":

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	75.175,84	482.614,94	557.790,78	55.678,92	327.154,68	382.833,60
Total	75.175,84	482.614,94	557.790,78	55.678,92	327.154,68	382.833,60

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

Descrição	31-12-2015		31-12-2014	
	Capital	Total	Capital	Total
Até um ano	75.175,84	75.175,84	55.678,92	55.678,92
De um a cinco anos	482.614,94	482.614,94	327.154,68	327.154,68
Total	557.790,78	557.790,78	382.833,60	382.833,60

17. Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
	Corrente	Corrente
Pessoal	-	374,86
Credores por acréscimos de gastos	310.838,64	333.312,18
Total	310.838,64	333.687,04

18. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores c/c	64.683,34	36.963,45
Total	64.683,34	36.963,45

19. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Serviços Prestados:"

Descrição	2015	2014
Matriculas e Mensalidades de Utente	769.536,36	757.319,35
Total	769.536,36	757.319,35



Handwritten signatures and initials in blue ink.

20. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2015	2014
Do Sector Público Administrativo	1.679.144,48	1.763.553,38
IEFP	7.901,11	7.263,41
Fundo Comp. Financeira	78.000,00	87.147,90
Fundação EDP	-	38.000,00
Outros	11.211,75	5.430,03
Total	1.776.257,34	1.901.394,72

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2015 e 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Serviços especializados (*)	89.258,92	84.690,34
Trabalhos especializados	60.726,07	55.935,97
Conservação e reparação	14.099,49	17.361,30
Honorários	7.872,00	7.054,05
Materials	4.365,60	7.650,00
Energia e fluidos	113.925,42	126.632,33
Deslocações, estadas e transportes	20.085,08	13.084,77
Serviços diversos (*)	62.450,03	63.381,99
Limpeza, higiene e conforto	30.628,34	33.968,96
Material didático	9.270,26	7.774,19
Comunicação	7.367,69	9.908,62
Total	290.085,05	295.439,43

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

22. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2015 e 2014, foram 7 em ambos os anos.

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração. Ou Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2015 foi de 150 e em 2014 foi de 157.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	1.770.970,88	1.874.965,64
Encargos sobre as remunerações	370.403,77	355.590,01
Seguros de acidentes no trabalho e doenças	13.992,86	9.079,11
Outros gastos com o pessoal	101.529,93	-
Total	2.256.897,44	2.239.634,76



Handwritten signatures and initials in blue ink.

23. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos suplementares	31.923,79	45.351,12
Rendimentos e ganhos em investimentos não	18.391,49	16.981,50
Outros rendimentos e ganhos	36.296,00	51.008,90
Em subsídios para investimentos	27.088,39	25.426,41
Correções relativas a períodos anteriores	6.951,92	23.706,13
Outros	2.255,69	1.876,36
Total	86.611,28	113.341,52

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

24. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Outros gastos e perdas (*)	47.293,63	28.746,39
Correções relativas a períodos anteriores	30.541,22	10.748,34
Outros	3.429,02	3.992,93
Condomínios	13.323,39	9.223,70
Total	47.293,63	28.746,39

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

25. Resultados financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	17.587,58	18.373,10
Total	17.587,58	18.373,10
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	138,36	630,69
Total	138,36	630,69
Resultados financeiros	(17.449,22)	(17.742,41)



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some scribbles.

26. Passivos contingentes

No que se refere a esta rubrica, há alguns processos em tribunal, que durante o ano de 2015 irão ser resolvidos, no entanto não foram constituídas provisões, pois crê-se que os desfechos serão favoráveis à Entidade.

27. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2015, foram de 3.321 euros (IVA incluído).

28. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção em 10 de março de 2016.

Braga, 14 de março de 2016

A Direção

Handwritten signatures of the Association's Board of Directors.

A Contabilista Certificada (n.º 55.926)

Handwritten signature of the Certified Accountant.



**ASSOCIAÇÃO
DA CRECHE
DE BRAGA**

Instituição Particular de Solidariedade Social

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Sede
Rua da Raia, n.º 235 • 4710-923 Braga
Tel.: 253 200 730 • Fax.: 253 200 749
assoociacaodacrechidebraga2@gmail.com

Palmeira
Av. de Cávada, n.º 122 • 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 • Tel.: 253 307 101
assoociacaodacrechidebraga2@gmail.com

Centro D. João Novais e Sousa
R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
4710-923 Braga
Tel.: 253 203 370 • sinesousa@sopa.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 3.124.983,96 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.078.095,04 euros, incluindo um resultado líquido do período negativo de 215.456,35 euros), a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do período findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, as alterações da sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão de Gestão, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA**, em 31 de dezembro de 2015, as alterações da posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Braga, 15 de março de 2016.



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148
Representada por:
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.